

## SINOPSE DE REUNIÃO

| <b>“Reunião do Subcomitê da Lagoa de Araruama”</b>   |   |
|--|---|
| <b>Documento convocatório:</b> Ofício CBHLSJ n.º 135, de 11 de julho de 2022   |   |
| <b>Data:</b> 25/07/2022<br><b>Hora:</b> 10h  | <b>Local:</b> Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i> ) |
| <b>Lista de Presença:</b><br><br><b>Membros:</b> Fernando Barbosa (Clube Náutico de Araruama); Stephani Brunetti (Prolagos); Felipe Liberato (Prolagos); Katia Regina (MOMIG); Caroline Fernandes (CAJ); Flávio Antônio (P.M.S.P.A.); Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa).<br><br><b>Convidados:</b> Pedro Freitas (Prolagos); Paulo Rosman (convidado – COPPE/UFRJ); Eduardo Pimenta (UVA); Luiza Porto (SEMAS); Celeste Lemos (Prolagos); Pablo Maletti (Prolagos); Gabriel Del Moro (Prolagos); Natalie Freret (Convidado – Projeto Cavalos-Marinheiros RJ); Emídio Fernandes (Associação Raízes); Vinicius Mendes (Associação Raízes); Francisco Guimarães (APAAPP); Raphael Evangelista (Associação Raízes); Leonardo Nascimento (CILSJ); Manuella Souto (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ).  |   |
| <b>Pauta Executada:</b><br><br><b>1 – Aprovação de sinopse de reunião anterior (08/02/2022);</b><br><b>2 - Apresentação da Prolagos sobre o Relatório de Situação Projetada 7, no qual desenvolveu-se análises de hidrodinâmica ambiental para a alternativa de lançamento de efluentes da ETE Cabo Frio, que atualmente lança nas cercanias da praia do Siqueira, através de um emissário subaquáticos na lagoa de Araruama, RJ;</b><br><b>3 – Assuntos Gerais.</b>   |   |
| <b>Resumo:</b><br><br>O Sr. Eduardo Pimenta, presidente do CBHLSJ, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informou que o Sr. Marcos Vargas, Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama, não pôde estar presente devido a problemas de saúde. Então, abordou-se o primeiro ponto de pauta, sobre a aprovação de sinopse da reunião anterior, do dia 08/02/2022. A Sra. Jéssica Berbat elucidou que o Sr. Arnaldo Villa Nova solicitou pequenas alterações, as quais estavam marcadas em vermelho no documento projetado. Sem mais contribuições por parte dos membros presentes, a sinopse foi aprovada. Prosseguiu-se para o segundo ponto de pauta, referente à apresentação da Prolagos sobre o Relatório de Situação Projetada 7, no qual foram desenvolvidas análises da hidrodinâmica ambiental para a alternativa de lançamento de efluentes da ETE Cabo Frio, que atualmente lança nas cercanias da praia do Siqueira, para que fosse através de um emissário subaquáticos na lagoa de Araruama/RJ. O Sr. Pedro Freitas, presidente da concessionária Prolagos, colocou que o estudo foi desenvolvido a partir de uma solicitação do Consórcio, em uma reunião realizada no dia 20 de julho de 2021. Contextualizou que o intuito era estudar um novo ponto na Lagoa de Araruama em que fosse possível lançar o |   |

efluente. Visando o atendimento à solicitação, o presente estudo havia sido desenvolvido. Sobre essa questão, Sr. Arnaldo Villa Nova, via *chat*, pontuou que houve um equívoco na compreensão, pois a provocação foi para lançar em um “brejo” para evitar uma nova eutrofização, uma vez que a Lagoa é atrófica. Então a ideia era que se buscasse outro ponto de lançamento que não agravasse a situação, um ponto que tivesse maior proximidade com o mar, para diluição. Continuando a apresentação, o Sr. Pedro Freitas comentou que, considerando a urgência da melhoria das condições ambientais da Praia do Siqueira, era preciso que se chegasse a um consenso com brevidade, possibilitando o avanço dessa questão. Destacou que a Prolagos não apresentaria um estudo que fosse inviável e confiavam no estudo elaborado pelo Sr. Paulo Rosman. Todavia, se os demais membros chegassem ao consenso da inviabilidade do projeto, que ao menos viabilizassem a transformação da ETE em terciária. Logo depois, o Sr. Gabriel Del Moro comunicou que o estudo envolve a destinação final dos efluentes das ETEs Cabo Frio, Arraial do Cabo e Monte Alto e, então, passou a palavra ao Sr. Paulo Rosman. O Sr. Paulo Rosman, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, iniciou a apresentação do relatório, informando que o título “Situação projetada 7” dizia respeito ao contexto dos estudos e análises desenvolvidos com a Prolagos em 2019/2020, no projeto Coppetec. Contextualizou que a situação projetada 7 era um cenário com o lançamento dos efluentes tratados da ETE de Cabo Frio através de um emissário subaquático. Exibiu um mapa com o traçado original encaminhado pela Prolagos e, em seguida, o traçado proposto pelo estudo, tendo como base a batimetria e o padrão das correntes na região, visando a melhor diluição do efluente ejetado pela linha difusora. Pontuou que quando um corpo hídrico possui uma profundidade pequena, se faz necessário compensar com uma linha difusora mais longa e com maior número de furos. Em contrapartida, em maiores profundidades não se faz necessária a presença de grande número de difusores. Afirmou que o cenário projetado se encaixou na primeira possibilidade, por ser um ambiente lagunar. Expressou que as análises foram feitas no inverno e no verão, tendo como referência os meses de julho de 2018 e janeiro de 2019. Nos estudos realizados entre 2019 e 2020, foram analisadas seis alternativas e, depois, foi incluída a sétima alternativa. Para possibilitar a comparação dos resultados com as demais alternativas, adotou-se o mesmo período de análise, de julho de 2018 e janeiro de 2019. Explicou que foi adotado o mesmo sistema de modelagem computacional utilizado nos demais estudos, o “Sistema Base de Hidrodinâmica Ambiental – SisBaHia”, que era de acesso público, estando disponível para todos fazerem o download. Comunicou que a COPPE realizava treinamentos regulares, que visavam ensinar aos alunos como realizar a Modelagem Hidrodinâmica Ambiental com sistemas de modelagem, que seria realizado no modo híbrido, e que, aqueles interessados em participar como ouvintes deveriam mandar um e-mail ao mesmo. Em continuidade, abordou-se sobre a concepção geral dos modelos, que eram baseados no princípio da conservação, que quando aplicado a um volume de água aberto, aplicava-se a equação de balanço de grandeza. Assim, elucidou que essa equação considera que o estoque temporal de uma grandeza em um volume de interesse, seria igual a tudo que viesse de fora para dentro (taxa de depósito), menos tudo que saísse (taxa de saque), considerando os eventuais processos de consumo ou produção que poderia ocorrer no interior da região de interesse. Comentou que esse princípio era geral, aplicado a diversas áreas de estudos, incluídos para os problemas de qualidade da água. Referente à funcionalidade e localização do Emissário Subaquático da ETE Cabo Frio (ESETECF), proferiu que teria um tubo com 1,0 (um) metro de diâmetro, ou 40 (quarenta) polegadas, e a sugestão seria que se colocasse 150 (cento e cinquenta) furos pequenos, de 4 (quatro) centímetros de diâmetro, espaçados a cada metro, com ângulos alternados furo a furo com 60° para cada lado. Colocou que o diâmetro pequeno tinha como motivação a maximização da mistura com a água do ambiente, com a maior força do jato. Informou que existem duas análises características para verificar a funcionalidade de um emissário, a primeira

seria a análise de campo próximo, ou zona de mistura ativa, que visa determinar, através de modelagem computacional, o posicionamento, espessura e taxas de diluição inicial de plumas de efluentes, bem como o comprimento da zona de mistura. Nessa zona, a taxa de movimento do jato emitido pela linha difusora é maior que a taxa de movimento do ambiente. A partir de certa distância do ponto de lançamento, a taxa de movimento do jato seria similar ao do ambiente, não contribuindo mais de forma ativa na hidrodinâmica do ambiente. Nesse cenário, se tem o segundo tipo de análise, de campo afastado, ou zona de mistura passiva. Colocou que um dos objetivos era conhecer, do ponto de lançamento do emissário, a que distância se formaria a pluma e a que distância da superfície, pontuando que, no caso da Laguna de Araruama, a pluma sempre encostaria na superfície e teria uma espessura de alguns poucos metros, devido a sua salinidade maior que a do mar e sua pouca profundidade. Explicou que no pré-dimensionamento da linha difusora, utilizando como base as cargas fornecidas pela Prolagos e os enquadramentos previstos na Resolução CONAMA nº 357/2005, seria necessária uma diluição mínima de 40 (quarenta) vezes, considerando os parâmetros mais exigentes. Sendo esse o critério de dimensionamento, e analisando os cenários do verão e do inverno, com as características supracitadas da linha difusora, observou-se resultados de diluição de mais de 80% (oitenta por cento) para a vazão atual, de 0,4 (zero vírgula quatro) metros cúbicos por segundo. O Sr. Arnaldo Villa Nova questionou como foi escolhido o ponto e que não foi elucidado como ficaria a concentração dos nutrientes. O Sr. Paulo Rosman elucidou que o ponto foi inicialmente proposto pela Prolagos, mas que o ponto final foi escolhido através do estudo, com o critério técnico de ser o ponto com maior profundidade, para melhor diluição. O Sr. Francisco Guimarães questionou em que ano foram coletados os dados para esse estudo. O Sr. Paulo Rosman elucidou que os dados foram coletados nos anos de 2018 e 2019. Retornando a apresentação, comentou os dados pertinentes à modelagem hidrodinâmica: dados de maré, dados de vento, dados de precipitação e evaporação, dados de radiação solar, umidade e temperatura do ar, bem como dados das vazões dos rios afluentes e dados pertinentes à modelagem de qualidade da água. Sobre os aspectos gerais de circulação hidrodinâmica, apresentou um mapa ilustrando o efeito de empilhamento de água por ação de vento na Lagoa de Araruama calculado pelo modelo. O Sr. Arnaldo Villa Nova proferiu que, de acordo com o mapa das marés apresentado, o efeito de maré na porção central da Laguna era bem menor do que em comparação com a porção mais próxima ao mar (próximo ao Canal do Itajurú), pontuando que, pensando em termos de diluição, quanto mais próximo do mar melhor seria o efeito da maré para a remoção de nutrientes. Finalizou questionando para quanto a concentração de fosfato iria, tendo em vista que, naquele ponto, a concentração era zero. O Sr. Paulo Rosman argumentou que tais questões estavam quantificadas no estudo, podendo ser analisadas com base nos resultados obtidos. Expressou que no documento estavam expostos dados tanto do cenário atual das análises, quanto no cenário da situação alternativa proposta. Após foi abordado um comparativo dos aspectos de qualidade de água entre o cenário atual e o cenário 7 proposto, referente ao oxigênio dissolvido, a DBO e ao Nitrogênio total, foram observadas melhorias das condições. Em relação ao Fósforo, pontuou que o cenário atual demonstrava uma concentração muito baixa de fósforo, condição que se manteria no cenário proposto. O Sr. Arnaldo questionou sobre a concentração do fosfato, destacando que a principal preocupação seria a concentração desse nutriente, considerando a evaporação. O Sr. Paulo Rosman esclareceu que os dados eram relativos ao Fósforo Total, estando o fosfato incluído, e que o cenário analisado contemplou a média no período de trinta dias, assim considerando todas as variáveis, incluindo a evaporação. O Sr. Arnaldo Villa Nova colocou que uma ETE terciária eliminaria 1 mg/L de fósforo, no mínimo. Comentou que, à época em que a Prolagos disponibilizava dados da concentração de nutrientes em seus relatórios, o fósforo possuía concentração entre 1,2 mg/L e 1,5 mg/L, enquanto a concentração de fósforo na Lagoa era

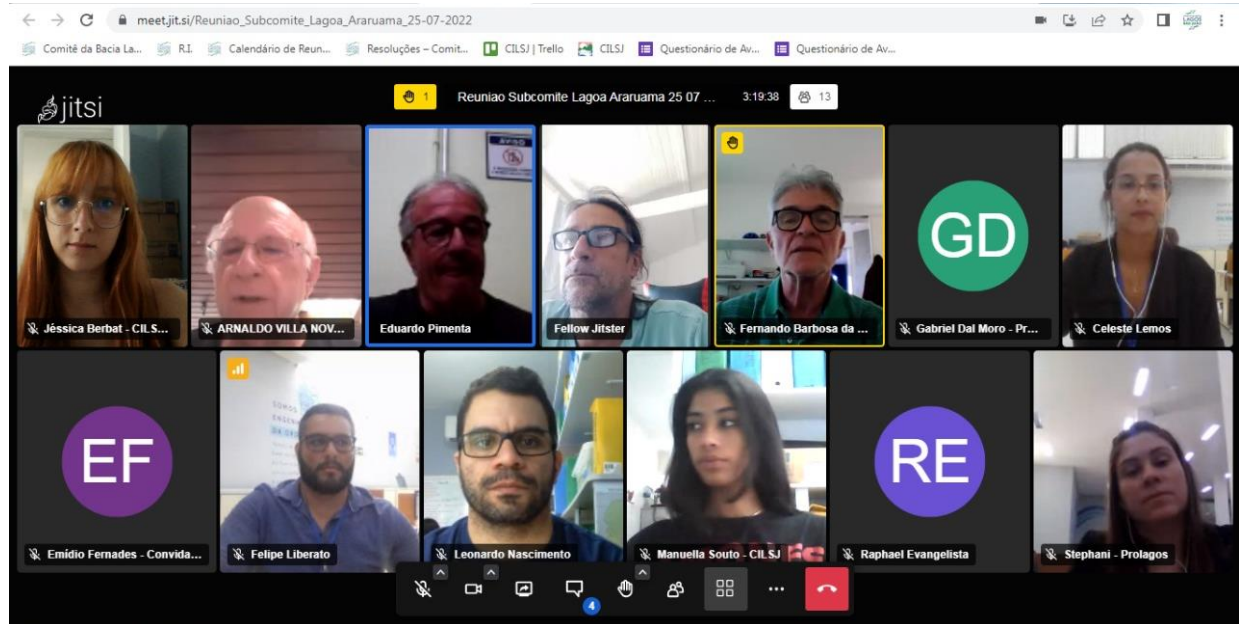
menor que 0,001 mg/L e fosfato era não detectável. O Sr. Francisco Guimarães questionou que se, considerando que o cenário atual contemplava as condições do corpo hídrico no ano de 2019, as divergências das condições com a atual poderia causar alteração no estudo de modelagem e nos resultados obtidos. O Sr. Paulo Rosman elucidou que as condições consideradas para o estudo foram as mesmas utilizadas pelos demais estudos elaborados, pontuando que, se a situação atual de 2022 fosse diferente da situação de 2019, teria que realizar uma nova simulação com os dados da condição atual e comparar com a projetada e que, de fato, teria diferença entre os cenários de 2018/2019 e de 2022. O Sr. Francisco Guimarães explanou que as elucidações seriam norteadoras para o inquérito que seria submetido a Polícia Federal, para mostrar que o estudo apresenta dados de um ano que a lagoa teria outras características. Expôs que, no momento atual, a lagoa estaria com os aspectos semelhantes aos da década de 80, devido a diminuição de carga orgânica e da circulação de pessoas na região, decorrentes da pandemia. Explanou que o estudo carecia de informações meteorológicas ao sul da lagoa. O Sr. Paulo Rosman aclarou que os dados de vento utilizados são espalhados ao longo da lagoa e que na modelagem foram considerados três pontos, o primeiro a oeste, o segundo no centro e o terceiro a leste. O Sr. Francisco Guimarães proferiu que na porção sul não foram implantados pontos, pois tinha participado da instalação das estações meteorológicas, e que isso poderia interferir nos resultados, à medida que existiam momentos em que caíam fortes chuvas na porção final da Lagoa, mas não chovia na outra parte. Questionou ao Sr. Paulo Rosman, tendo em vista que outros especialistas afirmavam que a lagoa tratava-se de um corpo hídrico sufocado e que a maior concentração de nutrientes poderia levar à eutrofização da mesma, qual seria o local ideal para esse lançamento do efluente, considerando as diferentes condições ambientais existentes ao longo da extensão da Lagoa. O Sr. Arnaldo Villa Nova complementou, perguntando o tempo de permanência da água com nutrientes na lagoa, pois o estudo indicava noventa dias e, ao longo do tempo, a concentração dos nutrientes iria aumentar. O Sr. Paulo Rosman aclarou que, em análises de persistência da água, eram considerados nutrientes que não tivessem interações com o meio, e que nutrientes como carga orgânica, fósforo e nitrogênio eram altamente recicláveis dentro do sistema, através da cinética com o fitoplâncton, zooplâncton, peixes, etc, não se tratando de nutrientes conservativos. Proferiu que os resultados das análises do estudo indicavam resultados positivos na região da Praia do Siqueira e que não foram observados impactos negativos significativos na condição geral da lagoa. O Sr. Arnaldo Villa Nova comentou que a melhora na região da Praia do Siqueira era óbvia, à medida que o cenário previa a retirada do lançamento do efluente na localidade, e que tal comparação seria momentânea e não em longo prazo, como ao longo de um ano inteiro. O Sr. Paulo Rosman elucidou que não seria momentânea e sim uma dinâmica contínua durante trinta dias no inverno e trinta dias no verão. Expressou, ainda, que a cinética típica de nutrientes possuía um tempo de ordem de grandeza na ordem de dez dias, ou seja, em uma cultura com a presença de fósforo, por conta de reações cinéticas que ocorrem, a substância é 90% modificada em dez dias, e que em trinta dias seria modificada 90% três vezes, reduzindo consideravelmente sua concentração no meio. O Sr. Arnaldo Villa Nova argumentou que a problemática era que as algas consumiriam os nutrientes presentes, morreriam e desceriam para o substrato, o que levaria a ressuspensão e eutrofização. O Sr. Francisco Guimarães colocou que, ao longo de tempo, ocorreria o aumento do limo na Lagoa, e que isso não estava contemplado no estudo. Comentou que o ideal seria lançar na porção norte, com todas as estações de tratamento sendo terciárias. Retornando a apresentação, o Sr. Paulo Rosman expôs a comparação dos resultados de fósforo na situação atual e a projetada, informando que existiam pequenas alterações, porém eram modestas. O Sr. Arnaldo Villa Nova contestou que não existiam alterações modestas quando se tratava de fósforo, que para a Lagoa qualquer alteração nesse parâmetro já era relevante. Destacou que a tabela apresentava no estudo iniciava em 0,15 mg/L, sendo que as análises

atuais indicavam resultados de 0,001 mg/L. O Sr. Paulo Rosman elucidou que os dados foram fornecidos para o estudos datavam de 2019 e, desse modo, estava comparando a situação de 2019, com cenários sem a ETE, com emissário e sem emissário. O Sr. Francisco Guimarães afirmou que os estudos realizados pelo professor foram financiados com recursos públicos e o que deveria atender os anseios da sociedade, e que era um absurdo a contratação da universidade para realização de um estudo para o qual forneciam dados de 2019, com situação completamente diferente da atual. O Sr. Paulo Rosman, por fim, informou que o estudo chegou à conclusão que, em comparação com a situação atual (2019), a instalação do emissário acarretaria uma melhoria substancial na reação, na região de lançamento da ETE Cabo Frio, e que não causaria impacto relevante no ponto de lançamento do emissário. O Sr. Arnaldo Villa Nova proferiu que o Sr. Paulo Rosman teria proferido, em situações anteriores, que a dragagem no boqueirão não seria eficiente e que deveria ser realizada somente na região do Canal do Itajurú. O Sr. Paulo Rosman memorou que havia dito que realizar a dragagem num local que o objetivo era desobstruir e, ao mesmo tempo, contar com uma enorme quantidade de paliçadas estava, por um lado, possibilitando a melhor passagem de água, através da dragagem, mas por outro impedindo essa passagem, com as paliçadas, o que seria algo conflitante. O Sr. Francisco Guimarães elucidou que as paliçadas ficariam apenas um determinado período de tempo e, após, os canais ficariam livres. Sugeriu que o ideal era que fizessem uma modelagem com intuito de saber o quanto as paliçadas dificultariam a passagem da água. O Sr. Paulo Rosman pontuou que foram realizados estudos, em 2020, que previam a alternativa de desvio do lançamento de todos os efluentes para outra bacia, bem como a alternativa de tratamento terciário em todas as ETEs, e indicou a consulta aos mesmos. Expressou que, como se estava analisando a Lagoa de Araruama, caso fossem retirados os lançamentos de efluentes desse para lançamento em outro corpo hídrico, não se veria o que aconteceria com o efluente. O Sr. Arnaldo Villa Nova aclarou que não foram considerados cenários de redirecionamento para outra bacia, mas sim para o mar. O Sr. Paulo Rosman esclareceu que o que quis apontar é que foram analisadas as condições da Lagoa após a retirada dos efluentes. Em seguida, informou que precisaria se ausentar da reunião, pois teria outros compromissos nesse horário. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a presença do professor e os esclarecimentos, considerando a complexidade da temática abordada. Destacou a necessidade de uma resposta para a situação da Lagoa de Araruama e, particularmente, para a Praia do Siqueira. Pediu que a concessionária se atentasse a levar ao conhecimento do mesmo todos os apontamentos e encaminhamentos que fossem levantados durante a presente reunião. O Sr. Arnaldo Villa Nova comentou que era preciso preservar a região como um todo, sendo uma ótima escolha utilizar um corpo hídrico de água doce que já estava eutrofizado para receber o material sem impacto. Explicou que seria incoerente lançar um efluente com nutriente e fósforo em qualquer área da lagoa, pois poderia acarretar, a longo prazo, uma nova eutrofização, mesmo que todas as ETEs fossem terciárias. Destacou que os parâmetros definidos pela CONAMA não atendiam às especificidades das condições da Lagoa e a sua importância ambiental, econômica e social para a região. Relatou que a retirada do efluente da Praia do Siqueira acarretaria, de qualquer forma, uma melhoria relativa, mas que o maior problema da localidade seria a comporta e a vala, que continuariam existindo. O Sr. Francisco Guimarães frisou que a Lagoa é um ambiente cumulativo, sendo assim, a manutenção do lançamento de efluentes acabaria possibilitando a eutrofização da mesma. Comentou que em estudos anteriores que acompanhou, a visibilidade da lagoa era de 40 cm e que, atualmente, havia pontos em que a transparência alcançava mais de 5 m, indicando a diferença da situação da época dos dados utilizados no estudo com a atual. Esse ponto, somado ao anteriormente apresentado, sobre a questão da estação meteorológica, demonstravam a fragilidade do estudo. Diante de todas as incertezas elencadas na presente reunião, solicitou o encaminhamento à AGENERSA da Sinopse da presente reunião, indicando

as fragilidades do estudo do Sr. Paulo Rosman e apontando as diferenças dos dados atuais da lagoa com os utilizados no estudo, com cópia para o Ministério Público Federal. Após, requisitou que, como Comitê, fosse solicitado a elaboração um novo estudo, que seria o oitavo, considerando todas as ETEs terciárias e os dados ambientais e hidrológicos atuais da lagoa, com adaptação hidrológica na simulação e uma classificação da lagoa, indicando que o ponto de lançamento fosse na zona rural, na região costeira, porção norte, de Armação dos Búzios e Rio das Ostras, para onde o efluente já iria, naturalmente. Pontuou que o efluente sendo corretamente tratado em Estações terciárias não ocasionariam riscos à Praia Rasa, como alguns temiam, sendo muito mais arriscada a situação atual. O Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a contribuição do Sr. Francisco. Em seguida elencou que havia sido realizada uma reunião no Rio de Janeiro para lançamento de um projeto de reflorestamento, na qual não pode estar presente, e solicitou que o Sr. Arnaldo Villa Nova contextualizasse sobre a mesma. Informou que o Ministério Público também estava presente e que a mesma tratou sobre a necessidade que os efluentes, a curto, médio e longo prazo, não fossem mais lançados no corpo hídrico hipersalino que é a Lagoa de Araruama. O Sr. Arnaldo Villa Nova memorou que foram demandar uma posição da AGENERSA, pois não ainda não havia retorno sobre a revisão quinquenal do Contrato de Concessão, considerando que havia uma deliberação de 2010 que requisitava que os efluentes das ETEs, principalmente da Praia do Siqueira, não fossem mais lançados na Lagoa de Araruama. Pontuou que o recurso havia sido aplicado, e que deveria ter sido atendida em 2014 e a Prolagos não cumpriu, sendo adiado para 2019, quando também não foi cumprido. O recurso tinha sido destinado para a transposição dos efluentes da Praia do Siqueira para o Jardim Esperança e para transformar a ETE Jardim Esperança em terciária. Pontuou que a Prolagos sempre coloca que não há uma decisão por parte dos municípios e por isso não executa a ação, mas fica apresentando estudos e desviam a atenção. Salientou que mudar o lançamentos de efluentes para mais próximo ao mar melhoraria as condições a curto prazo, mas não a longo. Por fim, informou que foi definido que AGENERSA discutiria internamente o assunto e realizaria uma reunião com os prefeitos para se chegar a uma decisão. Comentou que o emissário submarino era uma boa opção, mas que o local tinha RESEX e características que problematizariam essa saída, além do alto custo de uma obra desse tipo, que impactaria nas contas de água dos consumidores, que já era alta, sendo o Canal da Malhada uma solução de melhor custo-benefício. O Sr. Eduardo Pimenta questionou sobre a questão relacionada aos municípios de Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia. O Sr. Arnaldo Villa Nova elucidou que o INEA deu a outorga, todavia, a Prolagos não buscou. O Sr. Eduardo Pimenta comentou que havia conversado com o Presidente da Prolagos e que ele se parecia ser favorável ao lançamento dos efluentes de Iguaba Grande e São Pedro da Aldeia no Brejo da Malhada. O Sr. Arnaldo Villa Nova colocou que poderiam ter transbordamentos, mas que isso poderia ser resolvido pela equipe de engenharia, e que o transbordamento do Rio Uma poderia ser evitado com a retirada da barragem lá presente, que não teria mais função com a entrada de água doce no corpo hídrico. O Sr. Francisco Guimarães destacou a importância da avaliação de um engenheiro hidrológico sobre a situação. O Sr. Eduardo Pimenta questionou se o problema da inundação não estava mais relacionado à transposição dos efluentes da Praia do Siqueira do que dos municípios de São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande. O Sr. Arnaldo Villa Nova argumentou que o estudo que a Prolagos fez enunciava que o mais compatível para receber o efluente da Praia do Siqueira seria o Canal da Malhada, e apresentou um slide do estudo que trata sobre as conclusões sobre a ETE Jardim Esperança, baseado no estudo contratado pela Prolagos em 2009, que demonstrava a viabilidade da transposição. O Sr. Francisco Guimarães destacou que uma das bases da reivindicação é a transformação das ETEs em terciárias. Com isso, a transposição seria uma opção para recuperação da qualidade da bacia do Canal da Malhada. O Sr. Emídio Fernandes questionou se teria alguma previsão de atualização do Plano de Bacia da

região VI. A Sra. Jéssica Berbat elucidou que o edital foi publicado e a licitação estava programada para o dia 02/08/2022, e que qualquer mudança nessa data seria publicado no site. O Sr. Arnaldo Villa Nova questionou o motivo pelo qual a Prolagos deixou de apresentar o teor de nutrientes eliminados nos relatórios das ETEs dos municípios de São Pedro da Aldeia, Iguaba Grande e Armação dos Búzios, indagando como poderia ser avaliada a qualidade do tratamento de uma ETE, sem os dados sobre, por exemplo, a concentração de fósforo no efluente tratado e finalizou perguntando se poderiam retomar essa dinâmica. O Sr. Gabriel Del Moro aclarou que a Prolagos incluía no relatório todos os parâmetros previstos na legislação, mas que verificaria o porquê dos relatórios não apresentarem mais essa informação. O Sr. Eduardo Pimenta comunicou que o item de pauta para apresentação sobre os cavalos-marinhos na Laguna de Araruama seria retirado da reunião de hoje, pois a Sra. Natalie Freret, que apresentaria o item, não pôde permanecer na reunião, devido a extensão da discussão acerca do segundo item de pauta e o avançar da hora, à medida que a mesma possuía outros compromissos. Avançando para “Assuntos Gerais”, o Sr. Eduardo Pimenta destacou a importância do amadurecimento das discussões que chegassem a soluções coletivas, que viabilizassem a retirada do lançamento dos efluentes na Lagoa de Araruama, por ser um corpo hídrico fechado que tem suas características naturais negativamente afetadas pelo lançamento. Apelou para que as representatividades do município de Arraial do Cabo avaliassem com mais receptividade a viabilidade da construção do emissário submarino, e que as representatividades de Armação dos Búzios tentassem ter uma visão mais holística sobre a transposição para o Brejo da Malhada/Rio Uma, tendo em vista que as águas que chegariam à Praia Rasa, com base nos estudos, estariam em melhor qualidade do as que hoje chegavam e que a problemática do transbordo poderia ser resolvida através da engenharia. Pontuou, ainda, que o município de Cabo Frio busque mais ativamente soluções efetivas para Praia de Siqueira. Encerrou sua fala salientando a importância dos municípios reconsiderassem o pensamento individual e integrassem uma busca por soluções coletivas, que possibilitassem a adoção de medidas que fossem melhores para a saúde ambiental da região, como um todo. O Sr. Francisco Guimarães proferiu que diante da falta de eficiência da Concessionária Prolagos em atender os anseios de melhorias para região e a falta de preocupação com a questão ambiental do tratamento de esgoto que a empresa tem demonstrado, gostaria de solicitar um encaminhamento ao Conselho de Associados para verificar a viabilidade de retirá-la da composição do Consórcio, por não considerar que a mesma hoje atue em consonância com os princípios da instituição. O Sr. Eduardo Pimenta expôs que não partilhava do mesmo ponto de vista, considerando a abertura da empresa para diálogos em busca de soluções. O Sr. Arnaldo Villa Nova explanou que sempre houve dificuldades de alinhamento com a Concessionária, mas que o Comitê sempre prezou por uma relação de diálogo com a mesma. Contou que a primeira gestão da Prolagos tinha maior enfoque financeiro e, assim, focavam no abastecimento de água e não tinham interesse no tratamento de esgoto. Posteriormente, veio a Prolagos portuguesa, que teve bom diálogo com o Comitê e avanços nas decisões de investimentos em saneamento, mas acabou chegando numa situação de conflito em que não prosseguiu com as ações alinhadas. Aclarou que a terceira gestão prosseguiu com algumas ações, concluindo que sempre houve a busca por fortalecimento do diálogo com a Concessionária. Comentou que o Comitê enfrentava maiores dificuldade a gestão atual, do Grupo AEGEA, mas que esperava que o diálogo melhorasse e que retomassem uma relação de maior proximidade e acompanhamento das ações. Destacou a importância da integração Empresa - Sociedade Civil – Governo para o sucesso da região. O Sr. Eduardo Pimenta corroborou com a fala do Sr. Arnaldo. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, o Sr. Eduardo Pimenta agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

### Registro Fotográfico:



**Relator:** Manuella Souto, revisado por Jéssica Berbat

**Elaborado em:** 10/08/2022

**Aprovado em:** 19/07/2023



**MARCOS FELIPE VARGAS**  
Diretor do Subcomitê da Lagoa de Araruama  
do CBHLSJ